

PARECER JURÍDICO Nº 023/2026

EMENTA: DIREITO ADMINISTRATIVO. LICITAÇÕES E CONTRATOS. CONCORRÊNCIA ELETRÔNICA. LEI 14.133/2021. CONTRATAÇÃO DE OBRA DE ENGENHARIA. CONFORMIDADE LEGAL. VIABILIDADE. PROCESSO LICITATÓRIO 005/2026 – CONSTRUÇÃO DE MURETA PARA TRANSFORMADOR DE 150 KVA.

1. RELATÓRIO

Trata-se de análise jurídica do Processo Licitatório nº 005/2026, instaurado pelo Município de Cataguases/MG, que visa à contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção de mureta para transformador de 150 KVA na Praça Taquara Preta, no Município de Cataguases-MG. O procedimento foi solicitado pela Secretaria Municipal de Obras e seguirá a modalidade Concorrência Eletrônica, com critério de julgamento de menor preço global. O valor global estimado da contratação é de R\$ 92.173,87 (noventa e dois mil, cento e setenta e três reais e oitenta e sete centavos).

A documentação apresentada inclui o Estudo Técnico Preliminar (ETP), o Termo de Referência, a Planilha Orçamentária com Memória de Cálculo, a Composição do BDI, o Memorial Descritivo, a Matriz de Riscos, a Declaração de Conformidade da Secretaria de Obras e a minuta do Edital, todos fundamentados na Lei nº 14.133/2021 (Nova Lei de Licitações e Contratos Administrativos) e em normativos municipais correlatos.

Registra-se que o presente Processo Licitatório se refere ao mesmo objeto do Processo Licitatório nº 193/2025 (Concorrência nº 032/2025), que foi declarado frustrado em 03 de dezembro de 2025, em razão de o único licitante participante não ter apresentado proposta dentro do limite do valor estimado pela Administração.

É o relatório do essencial. Passo à análise.

2. FUNDAMENTAÇÃO JURÍDICA

A pretensão administrativa de realizar o Processo Licitatório 005/2026 encontra adequado amparo na legislação federal e municipal vigente. Conforme documentação analisada, a Administração Municipal estruturou o processo licitatório observando rigorosamente os requisitos estabelecidos pela Lei nº 14.133/2021, bem como pelas normas municipais correlatas.

Verificou-se que o planejamento, a justificativa técnica, a pesquisa de preços e os procedimentos administrativos guardam conformidade substancial e formal com a legislação de regência.

2.1. Da Legalidade e Adequação da Modalidade Licitatória

O Processo Licitatório 005/2026 foi concebido na modalidade Concorrência Eletrônica. Essa escolha revela-se legal, adequada e suficientemente fundamentada pelos documentos que integram o processo administrativo.

A Concorrência é modalidade licitatória apropriada para a contratação de obras e serviços de engenharia comuns, categoria em que se enquadra o objeto da presente contratação, conforme literalmente disposto no art. 6º, inciso XII, da Lei nº 14.133/2021, que define obra como "toda atividade estabelecida, por força de lei, como privativa das profissões de arquiteto e engenheiro que implica intervenção no meio ambiente por meio de um conjunto harmônico de ações que, agregadas, formam um todo que inova o espaço físico da natureza ou acarreta alteração substancial das características originais de bem imóvel;".

O objeto em tela – construção de mureta de medição para transformador trifásico de 150 KVA – enquadra-se precisamente nesta categoria, envolvendo estrutura em concreto armado ($f_{ck}=20$ MPa), alvenaria em blocos de concreto (14 cm), laje maciça, vigas, contrapiso, chapisco, emboço, eletroduto, cabos de cobre e demais instalações elétricas.

Adicionalmente, o art. 6º, inciso XXI, alínea "a", define "serviço comum de engenharia" como " todo serviço de engenharia que tem por objeto ações, objetivamente padronizáveis em termos de desempenho e qualidade, de manutenção, de adequação e de adaptação de bens móveis e imóveis, com preservação das características originais dos bens".

A presente contratação caracteriza-se, portanto, como serviço comum de engenharia, cujas especificações técnicas constam adequadamente no Estudo Técnico Preliminar, no Memorial Descritivo e no Projeto Executivo.

A natureza pública desta obra, bem como sua importância para a infraestrutura elétrica municipal e para a segurança das instalações, justifica plenamente a busca de maior competitividade através da Concorrência Eletrônica, instrumento que possibilita ampla participação de fornecedores mediante plataforma eletrônica centralizada (www.comprasgovernamentais.gov.br), reduzindo custos de participação e maximizando o número de propostas.

2.2. Da Pesquisa de Preços e Estimativa de Valor

A pesquisa de preços para estimação do valor da contratação foi conduzida conforme os parâmetros estabelecidos pela Instrução Normativa nº 65, de 7 de julho de 2021, que regulamenta a execução da Lei nº 14.133/2021.

Conforme documentação juntada (ANEXO VI – Planilha Orçamentária e Memória de Cálculo), foram consultadas múltiplas fontes públicas e oficiais, abrangendo o Sistema Nacional de Pesquisa de Custos e Índices da Construção Civil (SINAPI MG – Agosto/2025), o Sistema de Custos da Construção Civil (SBC JFA – Outubro/2025) e o Sistema de Custo de Obras e Reformas (SICOR LESTE – Julho/2025).

O período de pesquisa compreendeu os meses de julho, agosto e outubro de 2025, prazo adequado para captura de dados representativos de mercado. O valor total estimado de R\$ 92.173,87, resultante da análise de dois grupos principais de serviços (Serviços

Preliminares no valor de R\$ 3.026,70 e Instalações Elétricas no valor de R\$ 89.147,17), com detalhamento de componentes incluindo fornecimento e colocação de placa de obra (R\$ 1.463,33), remoção de poste (R\$ 1.284,03), carga e transporte de materiais (R\$ 279,34), execução de vigas em concreto 20 MPa (R\$ 3.679,29), laje maciça (R\$ 465,85), alvenaria em blocos de concreto (R\$ 766,81), contrapiso (R\$ 259,68), chapisco (R\$ 296,37), emboço (R\$ 705,99) e demais instalações elétricas, demonstra rigorosa metodologia e adere às melhores práticas de transparência e rigor na estimativa de valores.

A decomposição de serviços revela preocupação com a precisão, uma vez que cada item possui quantificação específica fundamentada em cálculos de engenharia (volumes em metros cúbicos, áreas em metros quadrados, comprimentos em metros), evitando estimativas genéricas ou desproporcionais. Não foram identificadas inconsistências ou saltos de preços que pudessem comprometer a fidedignidade da estimativa.

O BDI (Benefícios e Despesas Indiretas) foi calculado mediante fórmula consolidada do Tribunal de Contas da União (Acórdão TCU), chegando a percentual de 29,42% com desoneração da folha de pagamento. Os componentes do BDI incluem Administração Central (4,14%), Seguro e Garantia (0,80%), Risco (0,97%), Despesas Financeiras (0,90%), Lucro (7,00%) e Tributos (COFINS, PIS, ISS e Contribuição Previdenciária Desonerada – totalizado em 11,65%). Este percentual situa-se dentro dos parâmetros usuais para obras de engenharia civil comum de pequeno porte.

2.3. Da Necessidade e Justificativa Técnica

O Estudo Técnico Preliminar (ETP) fundamenta com profundidade técnica e legal a necessidade da contratação. A construção de mureta para transformador constitui obrigação técnica e normativa decorrente das exigências da Concessionária Local de Energia Elétrica (ENERGISA) e das normas técnicas aplicáveis a instalações elétricas de média tensão.

O ETP documenta rigorosamente que a Praça Taquara Preta não possui infraestrutura adequada para as instalações elétricas existentes, e que a execução desta obra visa atender às exigências técnicas de segurança, funcionalidade e acessibilidade necessárias para o correto funcionamento e a manutenção do sistema elétrico local. A intervenção proposta busca promover a adequação da infraestrutura às condições necessárias para o atendimento das demandas elétricas da região, contribuindo para a valorização e o pleno uso do espaço público.

O documento também apresenta análise de risco abrangente, identificando oito possíveis riscos ao longo do processo de contratação e execução, incluindo possibilidade de certame deserto ou fracassado, atrasos na assinatura de contrato, impossibilidade de início da obra por restrições da Contratante, e falhas em projetos técnicos.

Para cada risco identificado, foram propostas ações preventivas e contingenciais, demonstrando preocupação com o sucesso da execução. Tal análise está alinhada ao art. 18, inciso X, da Lei nº 14.133/2021, que prescreve que "no processo licitatório observar-se-á (...) a análise dos riscos que possam comprometer o sucesso da licitação e a boa execução contratual".

2.4. Do Critério de Julgamento: Menor Preço Global

O Edital da Concorrência nº 002/2026 estabelece como critério de julgamento o "menor preço global". Conforme art. 33, inciso I, da Lei nº 14.133/2021: "Os critérios de julgamento das propostas são os seguintes: I – menor preço".

Este critério é adequado e apropriado para a contratação de obra de engenharia comum. A justificativa para escolha do menor preço global encontra sólida fundamentação técnica no Estudo Técnico Preliminar, que adequadamente argumenta que "a adoção do critério de Menor Preço Global evita fragmentação injustificada do objeto, em observância ao que orientam os princípios da economicidade, eficiência e vantajosidade previstos na legislação federal de licitações".

Referida opção metodológica proporciona uniformidade na execução dos serviços, maior eficiência operacional, facilidade de fiscalização e gestão contratual, redução de custos indiretos decorrentes da multiplicidade de contratos e ordens de serviço, agilidade na execução e garantia de atendimento integral do objeto.

A jurisprudência dos Tribunais de Contas e do Poder Judiciário reconhece que o fracionamento injustificado de objetos viola os princípios de economicidade e eficiência, razão pela qual a opção por preço global é não apenas legal, mas recomendável.

Assim, o critério de menor preço global está fundamentado em sólida base legal e técnica, encontrando conformidade com a Lei nº 14.133/2021 e com os melhores precedentes do Tribunal de Contas da União.

2.5. Da Adequação Orçamentária e Autorização Legal

O Ofício de Abertura (ANEXO VIII) identifica adequadamente a dotação orçamentária responsável pelas despesas: Secretaria de Obras – Ficha 752 – Adequação dos espaços esportivos do município – Obras e instalações, com alocação de recursos conforme Recurso 1.710.000.3210.000 e bloqueio orçamentário nº 1267175.

A existência de dotação orçamentária é um requisito legal inafastável para a realização de qualquer contratação pública, conforme art. 167, inciso II, da Constituição Federal, que proíbe a realização de despesa sem crédito orçamentário ou adicional, e conforme art. 15 da Lei de Responsabilidade Fiscal (Lei Complementar nº 101/2000). A comprovação da existência de crédito orçamentário e do respectivo bloqueio de recursos demonstra adequada gestão financeira e garante que a Administração dispõe de meios para arcar com as despesas decorrentes da contratação.

A vigência contratual foi fixada em três meses, prazo adequado para a execução de obra de pequeno porte como a presente.

2.6. Da Designação de Fiscalização Técnica

Conforme Ofício de Abertura (ANEXO VIII), foi designado como fiscal da obra o Engenheiro Eletricista Antônio Elízio de Oliveira, credenciado junto ao Conselho Regional de Engenharia e Agronomia de Minas Gerais (CREA/MG) com registro nº M34.728/D. A designação de profissional habilitado, especializado e credenciado junto ao órgão profissional competente (CREA) é recomendada pela Lei nº 14.133/2021 e constitui prática adequada para garantir qualidade técnica na fiscalização da execução.

2.7. Da Conformidade com Princípios Constitucionais e da Lei nº 14.133/2021

A estruturação do Processo Licitatório 005/2026 observa adequadamente os princípios constitucionais de Administração Pública (art. 37, CF/88) e os princípios específicos da Lei nº 14.133/2021 (art. 5º). Especificamente:

- **Legalidade:** Fundamentação em Lei Federal nº 14.133/2021 e normas municipais, com documentação adequada de cada etapa processual.
- **Impessoalidade:** Utilização de plataforma eletrônica centralizada que automatiza procedimento e reduz discricionariedade do gestor público.
- **Moralidade:** Processo transparente, documentado, com anuência de órgãos técnicos e fiscalização clara de etapas.
- **Publicidade:** Publicação em plataforma eletrônica centralizada (www.comprasgovernamentais.gov.br) acessível a qualquer pessoa.
- **Eficiência:** Modalidade Concorrência Eletrônica maximiza participação e competitividade mediante acesso a plataforma digital; critério de menor preço incentiva propostas mais vantajosas.
- **Economicidade:** Pesquisa de preços conforme IN 65/2021 com múltiplas fontes oficiais.
- **Segurança Jurídica:** Fundamentação técnica robusta e documentada em todas as etapas do processo.

- **Competitividade:** Concorrência eletrônica abre participação irrestrita a qualquer empresa credenciada conforme requisitos técnicos.
- **Razoabilidade e Proporcionalidade:** Exigências técnicas de habilitação (credenciamento junto à ENERGISA) proporcionais ao objeto (instalações elétricas envolvidas na obra).

3. CONCLUSÃO

Diante do exposto, e com base na análise técnica dos documentos apresentados e na legislação aplicável, esta Procuradoria opina pela **VIABILIDADE** da abertura do Processo Licitatório nº 005/2026, na modalidade Concorrência Eletrônica, para contratação de empresa especializada em serviços de engenharia para construção de mureta para transformador de 150 KVA na Praça Taquara Preta, no Município de Cataguases-MG

S.M.J., é o parecer desta Procuradoria.

Cataguases, 14 de janeiro de 2026.

Jaqueline Bastos Coutinho
Procuradora do Município
OAB/MG 233.809